

A autora chama a atenção sobre a disposição que têm esses grupos para o lazer, para muito além de leituras que “deixam de abordar o que isto significa para aqueles que realizam a atividade, na medida que o recorte da análise é eminentemente classista. (...) [Tais espaços dizem] respeito também a “um campo onde o jovem pode expressar suas aspirações e desejos e projetar um outro modo de vida” (Abramo, 1994).

O mesmo cuidado deve ser tomado com relação às questões culturais, se tomadas simplesmente como “um reflexo do modo de produção”, pois esse raciocínio tende a remeter para a reflexão apenas em torno de questões externas ao Jardim Oratório, dificultando a compreensão de mundos que lá se constroem.

Finalmente, um último cuidado especial com relação à religião e à leitura corrente de ver a ação da Igreja Católica como apenas “tentativa de manipulação da população pobre” (p. 84), desconsiderando as múltiplas possibilidades que tais atividades podem propiciar.

Os jovens se agrupam para realizar o que desejam. Amizade e solidariedade são elementos centrais realizando diferentes formas associativas pelo ser e não pelo ter. A dimensão do “ter”, no entanto, possui importância nesse local: o consumo acaba sendo um agente negador da condição de favelado, na medida em que, na fala deles, vestirse bem, com roupas da moda, faz com que eles se pareçam como qualquer pessoa não-favelada. Assim o jovem acaba oscilando entre um individualismo expressivo — da ordem do ser — e um individualismo de mercado — marcado pela auto-definição e pela negação: a de não-favelado (mais ou menos como as ovelhas da fábula contada por

Nietzsche, que viam o lobo como mal, e que logo, elas, como “não-lobo”, eram boas).

Outra colaboração importante do trabalho de Nakano diz respeito à própria socialização desses jovens e à mediação do mundo adulto. Se por um lado, a autora reconheceu que é o contato com adultos que se aprende a ser adulto, por outro identifica que jovens e adultos ficam enclausurados nas malhas de suas relações. Isso explica o não interesse dos jovens pelo movimento de urbanização. Tal fato, somado a naturalização de ser favelado, acaba por limitar a noção de direitos — que o “movimento produziu e não foi capaz de ampliar”.

“Essas questões apontam para a necessidade de uma reflexão sobre a vida democrática pois indicam que ‘para que (ela) se desenvolva, não é preciso unicamente que seja aberta, é preciso também que ela se faça representativa, que os atores percebam suas experiências individuais através dos jogos coletivos’” (Dubet, 1992).

A não incorporação da subjetividade é explicativa desse processo. O ouvir o outro, buscar entender suas necessidades, parecer ser o grande diferencial para o enriquecimento de ações sociais mais profundas, mobilizando maior e mais comprometido grupo de pessoas. O distanciamento em relação à escola, vista como estigmatizadora e descomprometida com os alunos atesta essa máxima.

Ao realizar um trabalho a respeito dos processos de socialização *com* o jovem e *não do* jovem — como *porta-voz* das demandas que supostamente fariam parte do mundo dessas pessoas (Bourdieu, 1986) — a autora abriu o canal para esse “ouvir”. Toda a riqueza de sua pesquisa partiu dessa condição.

#### Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. De quoi parle-t-on quand on parle du ‘probleme de la jeunesse’?. In: *Les jeunes e les autres: contributions desenvolvimento sciences d l’homme à la question desenvolvimento jeunes*. Naucresson: CRIV, 1986.
- DUBET, François, LAPEYRONNIE, D. *Les quartiers déxil*. Paris: Scil, 1992.
- FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- \_\_\_\_\_, MARTINS, José de S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.
- MAGNANI, José G. C. Lazer dos trabalhadores. In: *Revista São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Fundação SEDA: 2(3), jul/set, 1988.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Pedro Augusto Hercks Menin  
Doutorando - Faculdade de Educação,  
Universidade de São Paulo

TEDRUS, Maria Aparecida.  
*Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

*Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade* é o título de dissertação de mestrado, apresentada à faculdade de Educação da USP em fins de 1996 por Maria Aparecida Leladini

Tedrus. Trata-se de um estudo sobre os jovens que trabalham ou que, nos termos da autora, têm uma “ocupação de ganho” ou “lucrativa” nas ruas, através de depoimentos dos próprios jovens — a ótica, portanto, não é a do mercado de trabalho ou a das instituições que, de uma forma ou de outra forma, atuam junto à população juvenil (escola, organizações de defesas de direitos, polícia, poder público em geral). São os próprios jovens que descrevem as suas experiências nas ruas e como se desenrola sua sociabilidade, esta entendida pela autora como a construção de relações significativas.

Sem se prender a um conceito puramente etário (acompanhando os irmão mais velhos, a autora encontrou nas ruas cinco crianças, entre quatro e nove anos de idade), Tedrus propõe-se perceber a peculiaridade da condição juvenil de uma categoria determinada de jovens: aqueles que nas ruas encontram uma ocupação lucrativa. É nesse mundo da rua, estabelecendo e rompendo relações, sofrendo pressões as mais diversas, fazendo as escolhas possíveis é que o jovem constrói sua identidade.

Esses jovens, observa a autora, não se dizem de rua, na rua, ou da rua. Embora os estudos realizados na década de 80 já tenham feito a distinção entre aqueles que moram na rua (descritos como “de rua”) e aqueles que retornam ao convívio familiar depois de uma jornada de trabalho (descritos como “na rua” e esses, sim, objeto do estudo em pauta), os jovens pesquisados não se incluem nessa classificação. Para eles, “na rua” ou “de rua” são “ou outros”: “aqueles que roubam”, os “trombadinhas”, “criança jogada por aí”, “moleque que não têm casa”.

Trata-se, porque não dizer, de um *primoroso* estudo de caso de

natureza qualitativa em que a autora lançou mão de entrevistas estruturadas e informais, visitas domiciliares, além da observação participante. Foi pesquisado um grupo de jovens trabalhadores nas ruas do centro da cidade de São Bernardo do Campo — este grupo principal de jovens foi comparado ao grupo que viveu experiência semelhante na década de 80, identificado pela autora como “primeira geração”.

Dos 498 entrevistados, apenas 4 são meninas, a grande maioria (43) são negros ou descendentes, encontram-se na faixa etária entre 13 e 17 anos (40) e nasceram em municípios da Grande São Paulo (31). A maioria dos jovens do sexo masculino (36) começou a trabalhar nas ruas entre oito e onze anos como vendedor de sorvete, engraxate e carregador em feiras-livres, geralmente em bairros. Foi constatado um universo de 36 famílias, 26 das quais têm a presença do casal (17 compostas por pai e mãe morando junto, 7 com padrastos e 2 com madrastas). Em apenas uma família verificou-se a presença de outros parentes além ou no lugar do casal e filhos. A média de filhos por grupo familiar é cinco. Todos residem em vilas periféricas da área urbana do município ou de municípios vizinhos, a grande maioria em núcleos de favela, em casas de madeira ou de madeira e alvenaria.

Quase todos os jovens possuem experiência escolar (apenas dois irmãos informaram nunca terem ido à escola), embora se constata um quadro de baixa escolaridade e de defasagem com relação à idade. Dos 46 jovens com alguma experiência escolar, 25 estavam indo às aulas por ocasião das entrevistas. Por razões que vão do sentimento de vergonha ao distanciamento, a

grande maioria dos jovens não leva ao conhecimento dos professores o seu trabalho nas ruas. Conforme a autora, “ter estudo” é algo considerado importante e desejado pelos jovens; as críticas não se endereçam à escola em geral, mas a uma escola específica, a determinado professor, a certo diretor. Estar fora da escola ou ser subescolarizado é algo que deprecia na visão dos jovens pesquisados. No entanto, a conciliação entre o trabalho nas ruas e a escola vai se mostrando cada vez mais difícil para esses jovens que têm que ficar atentos a horários, tarefas escolares, higiene corporal e assiduidade em um e outro. Em geral, o abandono da escola não costuma acontecer no primeiro ano de trabalho nas ruas, em que se verifica o empenho de conciliação, mas sim a partir dos anos seguintes.

O envolvimento com as drogas, principalmente bebida alcoólica, cigarro, maconha e *crack* ocorre para uma minoria dos jovens, da mesma forma que a prática de atos delinquentes como pequenos furtos.

Embora não “decente”, o trabalho nas ruas é visto como um meio transitório e honesto para se ganhar algum dinheiro, cujo montante mensal varia entre meio e dois salários mínimos. Por outro lado, segundo a autora, é frágil a identificação como “trabalhador de rua”: embora importante porque possibilita colaborar no orçamento doméstico e garantir o consumo individual, a ocupação nas ruas não configura propriamente a identidade do trabalhador. Esses jovens afirmam trabalhar nas ruas “para ajudar em casa” e “porque é preciso”, em reconhecimento à pobreza do grupo doméstico; parte do ganho é entregue à mãe para reversão no consumo coletivo da família e parte pode ser consumida

individualmente. Tedrus observa que os jovens pesquisados, apesar dos limites impostos pela condição econômica, na medida de suas possibilidades são consumidores de bens característicos da juventude urbana, como por exemplo o tênis, o boné, o brinquinho, a camiseta.

Dois caminhos distintos colocam-se para o jovem que de fato abandona o trabalho nas ruas, inicialmente encarado por ele e sua família como provisório, circunstancial e reversível: o da integração, através da inserção no mercado de trabalho legal e que depende essencialmente da presença de um mediador significativo (a família, o empregador ou os educadores de rua), e o da destruição, que envolve a marginalidade, a violência e a criminalidade (os mediadores, nesse caso, seriam aqueles vinculados ao mundo da delinquência profissional).

Por outro lado, o-ganho diário e a formação de hábitos incompatíveis com o mundo integrado (com a inadaptação a lugares fechados, chefia, horário fixo) podem ser considerados como empecilhos ao movimento de reversão ou de saída das ruas. Forma-se um terceiro caminho: o da continuidade do trabalho nas ruas na alternância com um trabalho legitimado, garantindo o ganho imediato para a sobrevivência ou em uma situação de refúgio em função do perigo de vida que o bairro pode representar.

A título de comentário final, cabe reafirmar que o trabalho realizado por Tedrus evidencia um rigor teórico e metodológico digno de nota. Seu grande mérito é justamente o de demonstrar que os jovens trabalhadores nas ruas não estão isolados nem muito menos articulados em bandos e gangues

prontos para o ataque. “Na rua você tem que saber entrar e sair...” são as palavras de uma jovem que exprimem muito bem a inserção em uma confraria quando do ingresso e permanência nas ruas e quando da saída, a dificuldade em romper relações e a necessidade de mediadores significativos. estrategistas, inseridos em pequenas confrarias que abrem espaço à solidariedade e à diversão, esses jovens não se caracterizam exatamente como “trabalhadores” nem como adeptos do “dinheiro fácil”; são também consumidores e ao mesmo tempo amigos e competidores, livres e submissos, empreendedores e conformados. Nas palavras da autora “nenhuma dessas condutas define totalmente aquele que busca um ganho nas ruas” (p. 125).

*Regina Magalhães de Souza*  
Mestranda - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo

FREITAS, Maria Virgínia de.  
*Jovens no ensino supletivo: diversidades de experiência.*  
São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1995.  
Dissertação (Mestrado em Educação).

A pesquisa investigou dois pequenos grupos de alunos do Supletivo Santa Cruz, curso que funciona em colégio situado na zona oeste da cidade de São Paulo que atende, no período diurno, uma clientela de alto poder aquisitivo. O primeiro dos dois grupos — três rapazes e quatro moças — era composto por alunos com um perfil considerado representativo de uma clientela mais tradicional de ensino de adultos: alunos que ingressaram nas séries iniciais do supletivo,

jovens negro, mulatos e brancos com idade entre 20 e 25 anos, na maioria migrantes, todos trabalhadores. O segundo grupo — quatro rapazes e quatro moças —, considerado correspondente a um perfil de alunos que demanda cada vez mais o ensino de adultos, caracterizava-se por ter ingressado no supletivo a partir da 6ª ou 7ª séries, sendo constituído por adolescentes e jovens entre 17 e 23 anos, brancos, solteiros, morando com as famílias e delas dependendo financeiramente.

A pesquisa mostrou como a escola assumia um papel completamente diferente para cada um dos dois-grupos. Para o primeiro grupo, a escola era um espaço desejado, bastante valorizado como parte de uma etapa da vida considerada “vitoriosa”, na trajetória de migrantes que se percebiam como tendo “melhorado de vida”. Para o segundo grupo, identificado entre seus pares como “atrasados”, a escola aparecia como fonte de conflitos, assumindo um significado contraditório.

A convivência dos dois-grupos era tensa, provocando queixas e críticas de parte a parte. Os primeiros reclamavam da desordem e do barulho, considerando que o outro grupo atrapalhava seu aproveitamento nas aulas. Os segundos desprezavam os alunos do primeiro-grupo, considerando-os pouco inteligentes.

Apesar de os dois grupos possuírem em-comum a condição de excluídos do ensino regular, cada um vivia essa condição de forma distinta. Os jovens migrantes viam a escola como meio de acesso à modernidade e como meio de inclusão na sociedade urbana. Os adolescentes e jovens do segundo grupo lidavam com a escola de maneira instrumental e imediatista, demonstrando pouco interesse em